

EVOLUÇÃO DAS OCUPAÇÕES E DO EMPREGO NA AGROPECUÁRIA DO CENTRO-OESTE BRASILEIRO NO PERÍODO 2001-05¹

Otávio Valentim Balsadi²

1 - INTRODUÇÃO

A dinâmica recente da economia da Região Centro-Oeste, particularmente dos seus setores agropecuário e agroindustrial, tem sido objeto de inúmeros estudos. Temas como a expansão da agroindústria e seus reflexos na desconcentração econômica, a importância do cerrado no aumento da produção e da competitividade da agropecuária brasileira, o dinamismo tecnológico da produção agropecuária, a estrutura competitiva dos custos de produção, entre outros, já foram amplamente abordados.

No entanto, nota-se pequena quantidade de estudos versando sobre ocupações em geral, e o emprego, em particular, nas atividades agrícolas e pecuárias da região. Por isso, o presente texto tem por objetivo fazer uma análise desta questão, tendo como foco o período 2001-05. Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), será analisado o mercado de trabalho agrícola e pecuário, evidenciando-se alguns importantes *trade-offs* entre crescimento da produção e número de empregos e ocupações, além da expansão da área de importantes *commodities* e o aumento do grau de formalidade do emprego no Centro-Oeste brasileiro.

2 - INDICADORES DE DESEMPENHO DA AGROPECUÁRIA

O período pós-desvalorização do Real, que ocorreu no início de 1999, foi bastante favorável para a agricultura e pecuária. Neste ciclo virtuoso, uma série de fatores ocorreu concomitantemente: a desvalorização do Real permitiu a recuperação e a ampliação das exportações brasileiras, principalmente as do agronegócio; os aumentos expressivos da área cultivada e da

quantidade produzida de cereais, leguminosas e oleaginosas fizeram com que a safra brasileira ultrapassasse a barreira das 100 milhões de toneladas; os ganhos de produtividade em todos os fatores de produção (terra, trabalho e capital) propiciaram maior eficiência e eficácia nos sistemas produtivos; a recuperação dos preços internacionais de algumas *commodities* fez aumentar a renda do setor; o incremento real no volume de recursos destinados ao crédito rural, incluindo os do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), favoreceu os investimentos. Para o período, apenas o ano de 2005 foi marcado por crise do setor³.

Neste contexto, a Região Centro-Oeste também apresentou indicadores favoráveis no desempenho da agropecuária. Consideradas as 15 principais culturas regionais, pode-se notar que a área cultivada com elas saltou de 10,1 milhões para 16,3 milhões de hectares no período 2001-05, com taxa anual de crescimento de 12,6% (Tabela 1). Apenas as culturas de banana, café, laranja e mamona, pouco expressivas na região, registraram reduções em suas áreas.

Os maiores crescimentos foram verificados nas culturas em que o Centro-Oeste apresenta significativa participação na produção nacional, claramente os grãos e oleaginosas⁴: soja (17,2% a.a.), arroz (15,2% a.a.) e sorgo granífero (12,2% a.a.). Também podem ser destacados os crescimentos de 8,8% e 5,3% a.a., respectivamente, para o trigo e o algodão herbáceo. No

¹Registrado no CCTC, IE-106/2008.

²Engenheiro Agrônomo, Doutor, Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) (e-mail: otavio.balsadi@embrapa.br).

³A renda da agropecuária encolheu R\$13,8 bilhões, em valores nominais, em 2005, segundo dados das Contas Nacionais do IBGE. Com isso, a participação da agropecuária no PIB, que vinha crescendo nos últimos quatro anos, recuou. Essa "interrupção" conjuntural no ciclo favorável foi superada nos anos seguintes. Isso porque, com exceção da redução de preços e da queda de produção por motivos climáticos, os demais indicadores (exportações, ganhos de produtividade, recuperação do crédito rural etc.) continuaram com trajetória ascendente, mostrando que, estruturalmente, a agricultura brasileira tem grande poder de reação, dado o seu elevado nível de competitividade.

⁴Para análise histórica da evolução da produção de grãos e oleaginosas no Brasil entre 1973 e 1999, com destaque para o importante papel da região Centro-Oeste, ver trabalho de Helfand e Rezende (2000).

TABELA 1 - Área Cultivada com as Principais Culturas, Região Centro-Oeste, 2001-05
(em ha)

Principais culturas	2001	2002	2003	2004	2005	Taxa de crescimento ¹
Algodão herbáceo	570.309	476.376	436.753	671.325	700.003	5,3
Arroz	618.331	595.639	603.867	957.558	1.090.219	15,2
Banana	39.568	24.324	27.661	26.475	23.519	-12,2
Borracha	25.118	24.077	27.833	28.750	31.144	5,5
Café	50.594	43.303	44.182	45.693	39.983	-5,7
Cana-de-açúcar	396.412	434.191	482.424	514.587	539.858	8,0
Feijão	190.986	185.856	218.031	185.819	195.645	0,6
Laranja	9.152	7.704	7.846	7.196	6.807	-7,1
Mamona	13.478	6.472	3.693	5.939	4.364	-24,6
Mandioca	84.108	85.190	66.493	85.178	91.931	2,2
Milho	2.010.437	1.917.321	2.337.178	2.294.836	2.171.724	1,9
Soja	5.759.846	6.954.472	8.044.508	9.701.328	10.854.209	17,2
Sorgo granífero	292.244	246.658	467.114	593.422	462.527	12,2
Tomate	11.125	13.067	13.681	11.854	11.291	0,4
Trigo	77.505	102.963	109.680	167.358	108.590	8,8
Total	10.149.213	11.117.613	12.890.944	15.297.318	16.331.814	12,6

¹Taxa geométrica de crescimento, em % ao ano.

Fonte: Análises obtidas por intermédio dos dados de IBGE/PAM, nos períodos de 2001 a 2005.

bojo da expansão da cultura da cana-de-açúcar para a produção de açúcar e de álcool, percebe-se que o Centro-Oeste foi palco importante do crescimento desta atividade, que cresceu a uma taxa de 8% a.a. no período analisado.

O comportamento observado para a expansão da área cultivada na região, com redução das culturas mais intensivas em mão-de-obra e com forte expansão das culturas altamente mecanizadas, com automação das principais etapas do processo produtivo, desde o preparo do solo até a colheita, teve efeitos importantes no crescimento das ocupações e do emprego na agropecuária. Vale reforçar que as cinco principais culturas da região (soja, milho, arroz, algodão herbáceo e cana-de-açúcar) responderam por cerca de 95% da área cultivada, em 2005. No tocante à produção da pecuária, também é possível perceber que o cenário foi bastante favorável. Considerando as principais atividades, as taxas de crescimento anual variaram de um mínimo de 0,9% (equinocultura) até 13,1% (produção de mel). A expansão das principais agroindústrias ligadas às atividades de avicultura, bovinocultura e suinocultura, principalmente para os Estados de Mato Grosso e Goiás, teve impacto positivo sobre as expansões destes efetivos (Tabela 2).

Como resultado do desempenho favorável do setor, o PIB da agropecuária apresentou crescimento vertiginoso de 48% entre 2001 e 2004, saltando de R\$10,5 bilhões para R\$15,5 bilhões (em preços reais de 2000). No entanto, em 2005, devido à crise agrícola nacional, houve queda real de cerca de 20% do PIB da agropecuária do Centro-Oeste, que fechou em R\$12,4 bilhões, segundo dados das Contas Nacionais do IBGE. Dado o dinamismo regional, os demais setores (indústria, comércio e serviços) garantiram o mesmo patamar do PIB total em 2005, relativamente a 2004. De tal forma que, no total do período analisado, o PIB da Região Centro-Oeste cresceu 51% (Figura 1).

Na média do período, a agropecuária participou com cerca de 12,1% do PIB total da região (Figura 2). Obviamente, esta participação foi afetada pelo desempenho negativo de 2005 e as maiores participações ocorreram nos anos de 2001 e 2004 (13,5% e 13%, respectivamente).

3 - METODOLOGIA

A fonte dos dados primários utilizada para o estudo da PEA ocupada na agropecuária

TABELA 2 - Evolução da Produção Pecuária, Região Centro-Oeste, 2001-05

Principais atividades	2001	2002	2003	2004	2005	Taxa de crescimento ¹
Avicultura ^{2, 6}	71.524	82.357	88.849	92.180	100.868	9,0
Bovinocultura ²	61.787	65.567	69.889	71.169	71.985	3,9
Bovinocultura de leite ³	3.246	3.460	3.535	3.620	3.778	3,9
Caprinocultura ²	92	96	104	110	114	5,5
Equinocultura ²	1.091	1.104	1.120	1.127	1.132	0,9
Muar ²	142	147	152	156	161	3,1
Ovinocultura ²	723	753	800	857	937	6,7
Produção de mel ⁵	671	683	852	917	1.097	13,1
Produção de ovos ⁴	208.761	210.328	224.537	230.890	235.518	3,1
Suinocultura ²	3.032	3.315	3.558	3.767	3.827	6,0

¹Taxa geométrica de crescimento, em % ao ano.

²Rebanho em mil cabeças.

³Produção em milhões de litros.

⁴Produção em mil dúzias (ovos de galinha).

⁵Produção em tonelada.

⁶Avicultura = galinhas, galos, frangos, frangas, pintos e codornas.

Fonte: Análises obtidas por intermédio dos dados de IBGE/PAM, nos períodos de 2001 a 2005.

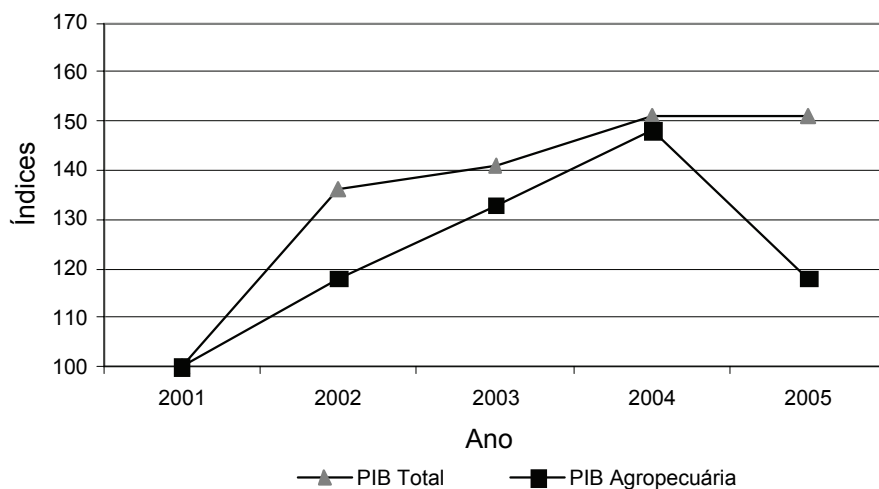


Figura 1 - Evolução do PIB Real Total e da Agropecuária na Região Centro-Oeste no Período 2001-05 (Índice 2001=100).

Fonte: Dados obtidos do IBGE/Contas Nacionais, nos períodos de 2001 a 2005.

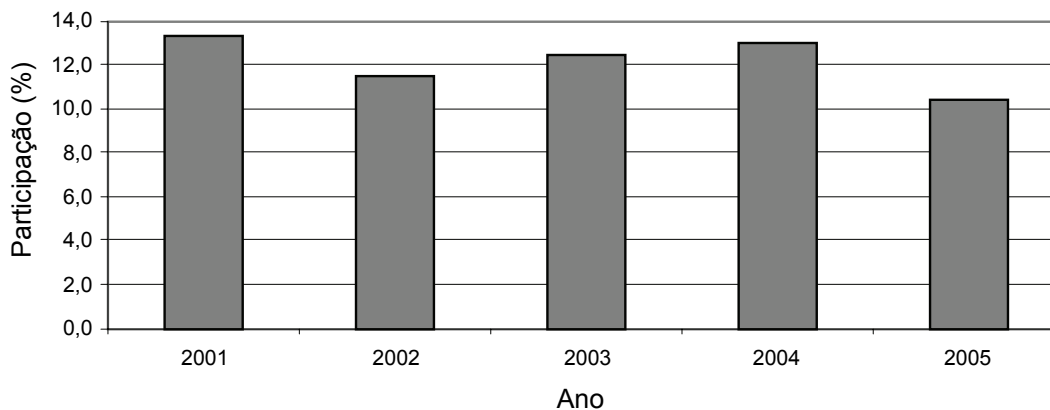


Figura 2 - Evolução da Participação do PIB da Agropecuária no PIB Total da Região Centro-Oeste no Período 2001-05.

Fonte: Dados obtidos do IBGE/Contas Nacionais, nos períodos de 2001 a 2005.

da Região Centro-Oeste é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE. Para as atividades selecionadas, os dados referem-se ao trabalho único ou principal que as pessoas de 10 anos ou mais tinham na semana de referência da pesquisa, normalmente a última ou a penúltima do mês de setembro.

Por PEA ocupada entende-se o conjunto de pessoas que tinha trabalho durante todo ou parte do período da semana de referência. Também fazem parte da PEA ocupada as pessoas que não exerceram o trabalho remunerado que tinham no período especificado por motivo de férias, licenças, greves, entre outros (IBGE, 2004). Quanto à posição na ocupação, as definições da PNAD são:

- empregador: pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado.
- empregado: pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.). Em função da inserção, os empregados são classificados em temporários e permanentes. Ainda segundo o IBGE, o empregado é considerado temporário quando a duração do contrato ou acordo (verbal ou escrito) de trabalho tem um término estabelecido, que pode ou não ser renovado. Ou seja, o empregado que foi contratado por tempo determinado ou para executar um trabalho específico teria o contrato ou acordo de trabalho encerrado quando aquele fosse concluído. O trabalhador temporário pode, de acordo com a região, receber uma das seguintes denominações: bóia-fria, volante, calunga, turmeiro, peão de trecho, clandestino etc. Em contraposição, o empregado é considerado permanente quando a duração do contrato ou acordo (verbal ou escrito) de trabalho não tem um término estabelecido.
- conta-própria: pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando ou não com a ajuda de trabalhador não-remunerado.
- não-remunerado: pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora

na semana, em ajuda a membro da unidade familiar que era conta-própria, empregador ou empregado na produção de bens primários. Nesta categoria também estão pessoas que trabalhavam sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, como aprendiz, estagiário ou em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo.

- trabalhador na produção para o próprio consumo: pessoa que trabalhava, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

Nesse estudo foi adotado o conceito de PEA restrita, excluindo-se pessoas não-remuneradas ocupadas durante menos de 15 horas na semana, bem como aquelas dedicadas exclusivamente às atividades de autoconsumo (DEL GROSSI, 1999; CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2000).

Como situação urbana consideram-se os domicílios localizados nas áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas e sedes distritais e às áreas urbanas não-urbanizadas. A situação rural abrange toda a área situada fora destes limites. Esse critério também é utilizado pelo IBGE na classificação das populações urbana e rural. Tradicionalmente no Brasil, a agregação oficial dos dados em urbano e rural segue o que é definido pelos próprios municípios em seus planos diretores.

4 - EVOLUÇÃO DAS OCUPAÇÕES E DO EMPREGO⁵

A Região Centro-Oeste apresentou índice de urbanização de 84,7% em 2005, que foi ligeiramente inferior ao observado em 2001 (85,3%). Em consequência, 15,3% da população residia em áreas rurais (contra 14,7% em 2001) (Tabela 3).

Entre os residentes urbanos, 6,2 milhões eram classificados como população eco-

⁵A parte inicial desta seção está fortemente baseada no trabalho de Balsadi (2008b).

TABELA 3 - Condição de Ocupação, Segundo Situação do Domicílio e Ramo de Atividade, Região Centro-Oeste, 2001-05

(em pessoas)						
Situação do domicílio, condição e ramo de atividade	2001	2002	2003	2004	2005	Taxa de crescimento ¹
Urbano	11.333.461	11.661.125	11.742.723	11.975.421	12.149.899	1,7***
Economicamente ativa	5.572.729	5.758.246	5.819.998	6.075.532	6.232.560	2,8***
Ocupados	5.007.912	5.215.710	5.218.318	5.524.071	5.554.801	2,7***
Agrícola	333.201	371.729	359.070	345.253	349.266	0,2
Não-agrícola	4.674.711	4.843.981	4.859.248	5.178.818	5.205.535	2,9***
Procurando emprego	564.817	542.536	601.680	551.461	677.759	3,9
Rural	1.954.286	1.895.937	2.084.881	2.124.752	2.198.165	3,6***
Economicamente ativa	893.637	893.318	921.964	961.489	1.026.932	3,6***
Ocupados	867.612	863.021	896.960	927.986	986.451	3,3***
Agrícola	612.096	613.005	623.509	640.792	665.727	2,1***
Não-agrícola	255.516	250.016	273.451	287.194	320.724	6,1***
Procurando emprego	26.025	30.297	25.004	33.503	40.481	10,3*

¹Taxa de crescimento ao ano, medida por modelo log-linear contra o tempo. ***, **, * expressam, respectivamente, significância a 5%, 10% e 20%.

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano (IBGE/PNAD, 2004).

economicamente ativa em 2005 (taxa de crescimento de 2,8% a.a. no período 2001-05). Destes, cerca de 5,6 milhões eram considerados ocupados (89,1%), enquanto 678 mil estavam procurando emprego (10,9%). Dos ocupados, a grande maioria estava no ramo de atividade não-agrícola (93,7%), cuja taxa de crescimento no período foi de 2,9% a.a. Os demais (6,3%) estavam ocupados nas atividades agrícolas e pecuárias. Do total de ocupados na agropecuária do Centro-Oeste em 2005, os residentes urbanos representavam 34,4% (contra 35,2% em 2001).

Entre os residentes rurais, cerca de 1 milhão eram integrantes da PEA. Destes, 96,1% estavam ocupados e apenas 3,9% estavam procurando emprego na semana de referência da PNAD, em 2005. Para os ocupados a situação era exatamente a inversa daquela observada para os residentes urbanos: 67,5% estavam ocupados em atividades agrícolas e pecuárias, ao passo que 32,5% estavam ocupados em atividades não-agrícolas. É importante, porém, registrar que a taxa de crescimento anual dos ocupados não-agrícolas (6,1%) foi bem superior àquela verificada para os ocupados agrícolas (2,1%) no período em questão.

Em 2001, a participação da PEA rural ocupada em atividades agrícolas e pecuárias era de 70,5%, ou seja, praticamente de cada três residentes rurais ocupados em 2005, dois estavam em atividades agropecuárias e um estava

em atividades não-agrícolas.

Com base nos dados da tabela 4, três pontos centrais chamam a atenção na evolução e composição da PEA ocupada nas atividades agropecuárias da Região Centro-Oeste. É importante frisar que todos eles representam *trade-offs* em relação ao que foi comentado para os principais indicadores de desempenho da produção agropecuária regional, particularmente os referentes à composição da produção.

O primeiro ponto refere-se ao crescimento das ocupações e do emprego vis-à-vis o crescimento da área cultivada e da produção pecuária. Como salientado, a área cultivada com as 15 principais culturas cresceu 12,6% a.a. no período 2001-05. Em contrapartida, o número total de pessoas ocupadas na agropecuária cresceu apenas 1,4% a.a. (com taxas de 0,2% para os residentes urbanos e 2,1% para os residentes rurais).

Isso mostra claramente que houve enorme intensificação dos sistemas de produção, com alto grau de mecanização e de automação do processo produtivo, tendo como consequência baixo poder de ocupação de pessoas por unidade de área. É importante enfatizar que, além de provocar a redução da demanda de mão-de-obra, a introdução de inovações tecnológicas mecânicas exige um novo perfil de trabalhador rural, com novas habilidades para processos produtivos mais automatizados.

TABELA 4 - PEA Agrícola Ocupada, Segundo Local de Residência e Posição na Ocupação, Região Centro-Oeste, 2001-05

(em pessoas)

Local de residência e posição na ocupação	2001	2002	2003	2004	2005	Taxa de crescimento ¹
Total	945.297	984.734	982.579	986.045	1.014.993	1,4***
Empregados permanentes	321.021	302.955	316.658	334.898	352.618	2,9*
com registro	134.733	147.132	143.882	174.644	194.848	9,5***
sem registro	186.288	155.823	172.776	160.254	157.770	-3,0
Empregados temporários	162.344	188.739	175.312	180.659	170.228	0,5
com registro	13.133	6.390	12.686	10.759	12.026	3,5
sem registro	149.211	182.349	162.626	169.900	158.202	0,5
Conta-própria	245.767	283.041	292.920	285.064	285.607	3,1*
Não-remunerados	164.153	150.648	138.806	132.181	150.423	3,0
Empregadores	52.012	59.351	58.883	53.243	56.117	0,4
Urbano	333.201	371.729	359.070	345.253	349.266	0,2
Empregados permanentes	119.114	120.993	118.235	116.717	123.759	0,4
com registro	43.848	52.029	50.158	56.138	65.639	9,2***
sem registro	75.266	68.964	68.077	60.579	58.120	-6,3***
Empregados temporários	108.739	121.699	118.047	106.085	105.024	-2,0
com registro	12.482	5.725	12.051	10.429	11.386	4,2
sem registro	96.257	115.974	105.996	95.656	93.638	-2,4
Conta-própria	53.287	69.801	70.851	72.084	71.645	6,4*
Não-remunerados	19.781	18.775	14.867	13.976	13.412	-10,2***
Empregadores	32.280	40.461	37.070	36.391	35.426	0,8
Rural	612.096	613.005	623.509	640.792	665.727	2,1***
Empregados permanentes	201.907	181.962	198.423	218.181	228.859	4,4*
com registro	90.885	95.103	93.724	118.506	129.209	9,7***
sem registro	111.022	86.859	104.699	99.675	99.650	-0,8
Empregados temporários	53.605	67.040	57.265	74.574	65.204	5,1
com registro	651	665	635	330	640	-0,4
sem registro	52.954	66.375	56.630	74.244	64.564	5,2
Conta-própria	192.480	213.240	222.069	212.980	213.962	2,1
Não-remunerados	144.372	131.873	123.939	118.205	137.011	-2,1
Empregadores	19.732	18.890	21.813	16.852	20.691	-0,2

¹Taxa de crescimento ao ano, medida por modelo log-linear contra o tempo. ***, **, * expressam, respectivamente, significância a 5%, 10% e 20%

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano (IBGE/PNAD, 2004).

O segundo ponto refere-se à composição da PEA ocupada na agropecuária. Pode-se notar que ela é, preponderantemente, formada por empregados (permanentes e temporários, que em 2005 totalizaram 522.846 pessoas, contra 483.365 em 2001), evidenciando forte predomínio do mercado de trabalho assalariado na região. Em 2005, essa categoria representava 51,5% do total de ocupados, praticamente a mesma participação verificada em 2001, que foi de 51,1%. Na sequência apareciam os conta-

próprias, os membros não-remunerados da família e os empregadores, cujas respectivas participações foram de 28,2%, 14,8% e 5,5%, em 2005.

Ao se detalharem os dados para a categoria dos empregados, observa-se que no período eles apresentaram taxas de crescimento bastante diferenciadas segundo o tipo de inserção no mercado de trabalho assalariado (permanente ou temporário) e o local de moradia (rural ou urbano).

Os empregados permanentes, que re-

presentavam 67,4% do total de empregados em 2005 (contra 66,4% em 2001), registraram uma taxa de crescimento anual de 2,9% para o total da região, sendo 0,4% para os residentes urbanos e 4,4% para os residentes rurais, que formam a maior parte dos empregados permanentes na agropecuária do Centro-Oeste.

Os empregados temporários, que representavam 32,6% do total de empregados em 2005 (contra 33,6% em 2001), tiveram uma taxa de crescimento anual de apenas 0,5% para o total da região, sendo -2% para os residentes urbanos, que são a maior parte dos empregados temporários na agropecuária, e 5,1% para os residentes rurais.

O terceiro ponto diz respeito ao forte crescimento do emprego formal na região, ou seja, do aumento significativo dos empregados com registro em carteira, particularmente para a categoria dos empregados permanentes. Esse resultado é coerente com o observado para o Brasil como um todo nesta primeira metade de década do século XXI: a forte recomposição do mercado de trabalho formal. Neste caso, a estrutura produtiva do Centro-Oeste, fortemente calçada em *commodities* com alta rentabilidade no período, mostrou capacidade para arcar com os custos advindos de um maior grau de formalidade do emprego.

Em 2005, do total de empregados da região (permanentes e temporários), 39,6% tinha carteira assinada (contra 30,6% em 2001), sendo que entre os residentes urbanos a participação foi abaixo da média regional (33,7% contra 24,7% em 2001) e entre os rurais foi acima dela (44,2% contra 35,8% em 2001).

Como salientado, há forte distinção dos resultados entre os empregados permanentes e os temporários: enquanto no total da região 55,3% dos primeiros possuíam registro em carteira em 2005, somente 7,1% dos segundos o tinham. Fazendo-se a abertura dos dados pelo local de moradia dos empregados é possível perceber que 53% dos empregados permanentes urbanos tinham carteira assinada em 2005, contra apenas 10,8% dos temporários. Para os residentes rurais os valores foram 56,5% e 1%, respectivamente.

Em toda a série histórica o quadro sempre foi mais favorável aos empregados permanentes. Basta observar que, entre 2001 e 2005, a taxa anual de crescimento dos perma-

nentes com registro em carteira foi de 9,5% para o total da região, enquanto para os temporários a taxa foi negativa (-3%, embora não significativa estatisticamente). Quando se analisa a evolução do grau de formalidade do emprego, segundo o local de moradia, também notam-se taxas elevadas e significativas: 9,2% a.a. para os permanentes urbanos e 9,7% a.a. para os permanentes rurais. Para os empregados temporários as taxas foram bem inferiores (não significativas e até negativa no caso dos rurais).

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto analisou a evolução das ocupações e do emprego na agropecuária do Centro-Oeste no período 2001-05, com o intuito de contribuir para melhor compreensão sobre a estrutura ocupacional regional neste importante segmento econômico nos primeiros anos do século XXI.

Os principais resultados evidenciaram *trade-offs* importantes entre a composição da produção agropecuária, seu desempenho no período e o comportamento do número de ocupados, bem como a distribuição da PEA agrícola.

Particularmente, três pontos mereceram atenção: a área cultivada no período com as 15 principais culturas regionais cresceu 12,6% a.a., enquanto o número de pessoas ocupadas na agropecuária cresceu apenas 1,4% a.a.; os empregados são a principal categoria no Centro-Oeste, representando 51,5% do total, em 2005; a taxa de crescimento dos empregados permanentes com carteira assinada foi de 9,5% a.a. entre 2001 e 2005, bem superior ao que foi registrado para os empregados temporários, que apresentaram níveis muito baixos de formalidade.

Os resultados obtidos colocam importantes desafios para as políticas de desenvolvimento da região, especialmente quando o tema é geração de trabalho e oportunidades de emprego. As diferenças entre as taxas anuais de crescimento das atividades agropecuárias e as taxas anuais de crescimento do número de pessoas ocupadas mostram, claramente, que também é necessário fomentar as atividades não-agrícolas na região como forma de ocupação da PEA rural e urbana⁶. Salienta-se que, muitas das atividades

⁶Uma discussão sobre a inserção da PEA da região Centro-Oeste nas atividades não-agrícolas, com especial destaque para a PEA rural, pode ser encontrada em Balsadi (2008b).

não-agrícolas são articuladas com as atividades econômicas diretamente vinculadas à agricultura, fornecendo bens e serviços que servem como insumos de produção e, também, no processamento, na comercialização e no transporte de produtos agropecuários.

O quadro mais favorável para os empregados permanentes, que formam a parte majoritária do mercado de trabalho assalariado na região, indica polarização no grau de formalidade do emprego entre permanentes e temporários. Alguns fatores explicativos para isso podem ser encontrados em Balsadi (2008a):

- a crescente especialização da produção nas principais *commodities* internacionais, que são componentes importantes da pauta brasileira de exportações;
- a marcante diferença de rentabilidade das atividades mais dinâmicas vis-à-vis as mais tradicionais, sendo que as últimas têm enormes dificuldades em formalizar e remunerar bem a força de trabalho, tanto a contratada quanto a familiar;
- o processo de modernização e mecanização que se aprofundou na agricultura de grande escala, a qual emprega menos trabalhadores por unidade de área, normalmente mais qualificados;
- o aparecimento e/ou expansão de algumas “novas profissões”, como é o caso do especia-

lista em manejo integrado de pragas, dos operadores das novas máquinas e implementos agrícolas, do especialista em produção agroecológica, do especialista em inseminação artificial e reprodução animal, do especialista em qualidade do produto nas fases de colheita e pós-colheita, entre outras;

- ressalta-se que estas profissões contrastam com a força de trabalho temporária utilizada nas tradicionais atividades ligadas aos tratos culturais e à colheita, por exemplo, tanto em termos de formalidade quanto de remuneração;
- a fraca representação e organização sindical da categoria de trabalhadores temporários, com exceção de algumas culturas em algumas regiões produtoras.

Como corolário, é importante salientar que, se é fato que a dinâmica econômica da Região Centro-Oeste trouxe crescimento e prosperidade no período recente, não se pode esquecer que o desenvolvimento capitalista também é pródigo em gerar desigualdades e exclusões. E os segmentos sociais mais fragilizados devem obter especial atenção dos formuladores e gestores de políticas públicas, como é o caso dos empregados temporários e de algumas categorias integrantes da agricultura de base familiar, que não foram tão beneficiados no processo de crescimento econômico.

LITERATURA CITADA

BALSADI, O. V. **O mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2008a. 291 p.

_____. Ocupações não agrícolas da população rural no Centro-Oeste brasileiro no período 2001-2005. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 38, n. 11, nov. 2008b.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. Jaguariúna: Embrapa, 2000. v. 1.

DEL GROSSI, M. E. **Evolução das ocupações não agrícolas no meio rural brasileiro: 1981-1995**. 1999. Tese (Doutorado)-Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1999.

HELFAND, S. M.; REZENDE, G. C. de. **Padrões regionais de crescimento da produção de grãos no Brasil e o papel da região Centro-Oeste**. Brasília: Ipea, 2000. 20 p. (Texto para Discussão, n. 731).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. v. 25.

**EVOLUÇÃO DAS OCUPAÇÕES E DO EMPREGO NA
AGROPECUÁRIA DO CENTRO-OESTE BRASILEIRO NO PERÍODO 2001-05**

RESUMO: O texto analisou o comportamento das ocupações e do emprego nas atividades agropecuárias da Região Centro-Oeste no período 2001-05. Com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), fez-se análise do mercado de trabalho agropecuário, evidenciando-se importantes trade-offs entre crescimento da produção e número de empregos e ocupações, além da expansão da área de importantes commodities e o aumento do grau de formalidade do emprego. No período em questão, enquanto a área cultivada com as 15 principais culturas regionais cresceu 12,6% a.a., o número de pessoas ocupadas na agropecuária cresceu apenas 1,4% a.a. Outro resultado que chama a atenção é que os empregados são a principal categoria de ocupados no Centro-Oeste, representando 51,5% do total, em 2005, e que a taxa de crescimento dos empregados permanentes com carteira assinada foi de 9,5% a.a. entre 2001 e 2005.

Palavras-chave: empregado permanente, empregado temporário, emprego rural, Centro-Oeste.

**EVOLUTION OF OCCUPATION AND EMPLOYMENT IN
BRAZIL'S CENTRAL-WESTERN AGRICULTURE OVER 2001-05**

ABSTRACT: The text analyzed the behavior of jobs and occupations of farm workers in Brazil's Central-West Region over the 2001-05 period, based on micro data from the National Household Sample Survey (PNAD). The analysis of the agricultural job market evidenced relevant trade-offs between production growth and number of jobs and occupations, besides an area expansion for important crop commodities and a higher degree of formal employment. Over this period, whereas the area cultivated with the 15 principal regional crops increased by 12.6% a year, the number of occupations in agriculture increased by a mere 1.4% a year. Other results worth stressing are: employees are the main occupation category in the this region, representing 51.5% of the total in 2005; and the growth rate of registered permanent employees was 9.5% a year between 2001 and 2005.

Key-words: permanent employee, temporary employee, rural employment, Central-Western Brazil.

Recebido em 08/10/2008. Liberado para publicação 23/10/2008.